

APESAR DA PANDEMIA, APEOESP ESTEVE E ESTÁ DE VOLTAS ÀS RUAS!

Encerramos mais um ano marcado pela mobilização e organização da APEOESP em defesa de todos os professores e da população usuária dos serviços públicos. As lutas foram diversas e não nos furtamos a defender a vida, assegurar emprego de 40 mil professores categoria O e garantir um valor extra a todos com o abono Fundeb. APEOESP mitigou as intenções do governo Doria/Rossieli em seus ataques.

O ano de 2022 será diferente! Não queremos mais mitigar perdas. Queremos avanços! Não aceitaremos subsídios, que não é salário. Continuaremos ocupando todos os espaços nas lutas contra os projetos e programas autoritários e excludentes do governo Doria/Rossieli. Também estaremos em todos os espaços necessários em defesa de uma carreira justa e transparente, por um reajuste salarial para todos e pelo fim do confisco salarial dos professores aposentados.



ÍNDICES DA APEOESP NOVEMBRO/2021



PEB I (24H): R\$ 1.339,81 | PEB II (24H): R\$ 1.551,00

SALÁRIO MÍNIMO OFICIAL R\$ 1.100,00 | SALÁRIO MÍNIMO DIEESE R\$ 5.567,66

CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS

DESCONTO DA MENSALIDADE NO HOLERITE DE NOVEMBRO
SERÁ DE 1,4% SOBRE O SALÁRIO DE CADA ASSOCIADO

DESCONTO MÍNIMO DE R\$ 18,75 | DESCONTO MÁXIMO DE R\$ 75,00

E mais:

Aposentados:
reforçamos a luta
contra o confisco
salarial
Pág.6

Paulo Freire: 100
anos de um método
revolucionário
Pág. 2

PEC 32 possibilita
demissão de
servidores
Pág. 7

Fundeb permanente
é resultado da
mobilização
Págs. 4 e 5

Nossa luta é pela
valorização de todos
os professores
Pág. 8

Sessão solene na Alesp marca centenário de Paulo Freire



Em comemoração aos 100 anos do educador Paulo Freire, a deputada estadual Professora Bebel, presidenta da APEOESP, realizou Sessão solene em 17/09 na Assembleia Legislativa.

O ato contou com a participação de dezenas de entidades educacionais,

sindicais, populares e estudantis. Teve como palestrante o professor José Eustáquio Romão, do Instituto Paulo Freire e teve participações virtuais de Nita Freire, viúva do educador, do ex-presidente Lula, do ex-ministro e ex-prefeito Fernando Haddad, do teólogo e educador Frei Leonardo Boff.

Na ocasião, disse a Professora Bebel: “É um momento para refletirmos e olharmos para o legado de Paulo Freire. Os seus 100 anos estão marcados por um grande retrocesso que atinge a educação paulista e de todo o Brasil. A baixa qualidade da educação não tem a ver com a pandemia, mas sim com a falta de gestão democrática nas escolas”.

Pedagogia necessária

“Não é possível existir humanamente sem sonhos, sem utopias”. A frase de Paulo Freire encerra o documentário inédito, “Paulo Freire, 100 anos”, produzido pela TV Cultura para celebrar o centenário do Patrono da Educação Brasileira.

O centenário reafirmou a relevância e atualidade do método pedagógico de Paulo Freire, alvo de ataques extremistas de políticos e internautas que sequer leram um artigo do educador.

Em depoimento no documentário, Sérgio Haddad, biógrafo de Paulo Freire, conta a trajetória do patrono brasileiro que nasceu em Pernambuco e chegou a passar fome, até se

formar em Direito e idealizar a mais inovadora experiência pedagógica que se tem notícia: alfabetização de 300 adultos em 40 horas.

O fato de o educador, falecido em 1977, ter lecionado em dezenas de países e recebido títulos das mais renomadas universidades, não só não inibiu a onda de ataques e distorções de sua obra, como também fomentou o ódio de seus detratores. Como dizia Umberto Eco no livro “O Fascismo Eterno”: “O fascismo eterno tem características constantes como o irracionalismo em que a cultura é suspeita e também a ciência e a educação; ou a obsessão pela conspiração e o desprezo pelos fracos.”

Dicas de leitura:

- ➔ “O Educador – Um perfil de Paulo Freire”, Sérgio Haddad – Editora Todavia
- ➔ “Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa” – Paulo Freire – Editora Paz e Terra
- ➔ “Como Alfabetizar com Paulo Freire” – e-book gratuito do Instituto Paulo Freire
- ➔ “Professora sim, tia não” – Paulo Freire – Editora Paz e Terra

Doutor Gama: Professores estão em filme premiado

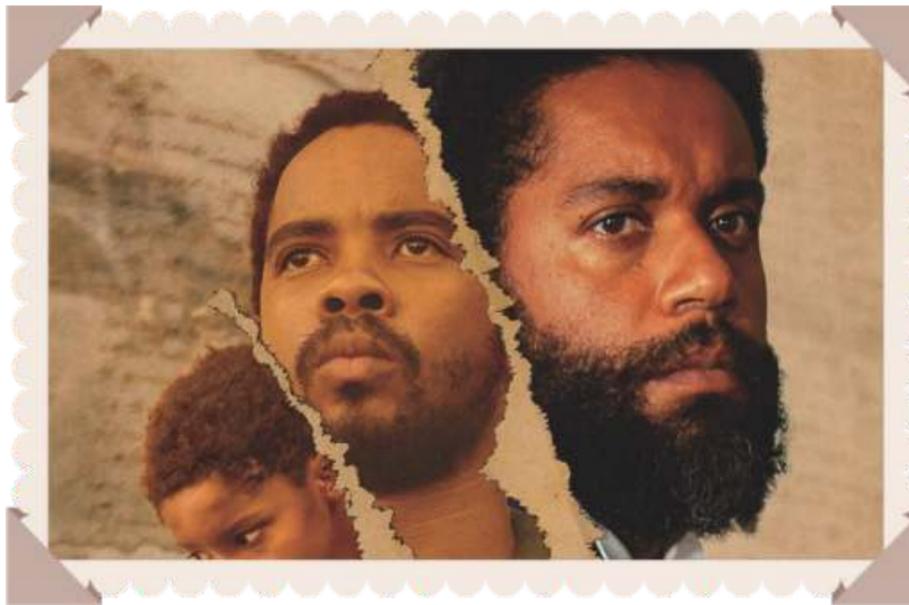


Escolhido para participar do maior festival de cinema negro do mundo, o filme Doutor Gama tem um atrativo a mais para os educadores, especialmente ligados à APEOESP: a presença de dois professores da rede pública

paulista no elenco. Teka Romualdo e Pedro Guimarães dividem seu tempo de trabalho entre a sala de aula e os sets de filmagem.

Disponível no catálogo da GloboPlay, o filme sobre a vida do abolicionista Luiz Gama foi selecionado para participar do American Black Film Festival, que aconteceu em novembro.

Luiz Gama também se tornou recen-



temente o primeiro brasileiro negro a receber um título de Doutor Honoris Causa na USP, ainda que póstumo. O reconhecimento da espetacular trajetória do abolicionista escravizado, herói nacional quase 139 anos após sua morte, faz parte do movimento de reparação histórica, que vem crescendo em todo o mundo.

Outra personalidade, há muito tempo reconhecida pelos professores e pelo movimento negro, também ganhou protagonismo recente.

A escritora Carolina Maria de Jesus, que tem sua obra revisitada em uma exposição no Instituto Moreira Salles, na Avenida Paulista, ganhou uma escultura no Parque Linear de Parelheiros e um grafite de 47 metros de altura, na Rua da Consolação.

Os professores que estão no elenco de Doutor Gama falaram com o Jornal da APEOESP.



Teka Romualdo tem 30 anos de sala de aula, dos quais 20 deles na EE Charles de Gaulle, localizada no Itaim Paulista, zona leste da capital. Foi Representante de Escola da APEOESP e, além de estar no elenco de Doutor Gama, pode ser vista também na comédia “Correndo Atrás”, com o ator

Ailton Graça, e na série “Segunda Chamada”, sobre o ensino noturno para jovens e adultos na rede pública.

Como é sua personagem em “Doutor Gama”?

- A Ana é uma mulher que representa as escravizadas que perdiam seus filhos e acabavam adotando os filhos de outras que chegavam à fazenda. Simboliza também as mulheres que resistiam às opressões e tentavam preservar sua crença e sua ancestralidade.

A senhora tinha dimensão da grandeza histórica de Luiz Gama?

- Embora tivesse conhecimento da história, não tinha a dimensão da sua importância para nosso País e, especialmente para nós, negros.

Tem falado sobre Luiz Gama com seus alunos?

- Sim; passei a falar sobre Luiz Gama em minhas aulas e também sobre outras personalidades negras que são sistematicamente invisibilizadas na história do Brasil.



Filiado à APEOESP desde 1989, Pedro Guimarães participou de greves históricas, desde que formou-se em História na Unesp de Assis. Lecionou durante 17 anos até ser readaptado na EE João Kopke, na região central da capital, onde organizava excursões às exposições, espetáculos teatrais e outros eventos, pré-pandemia.

Como foi o convite para participar do filme Doutor Gama?

- Participei do teste de elenco e fui selecionado. Inicialmente, o filme se chamaria “Prisioneiro da Liberdade”. Gravamos em Paraty, em fevereiro de 2019.

Quando começou sua carreira artística?

- Comecei a cantar e fazer teatro aos seis anos, em Tupã. Na Universidade, participei de montagens teatrais de clássicos de Fernando Arrabal, Nelson Rodrigues, Bertolt Brecht e Oscar Wilde.

Quando comecei a dar aulas, em 1993, também fazia propagandas e depois pequenas participações na TV e no cinema, em filmes como “Bicho de Sete Cabeças”, de Laís Bodanski. Atualmente, também faço parte do Projeto Matilha e de um Coletivo de Audiovisual.

Magistério e Arte complementam-se bem em sua vida?

- Conciliar o Magistério e a vida artística é muito difícil. Os pais, a direção e até os colegas passam a ter ver como um professor ‘menos sério’, quando descobrem que você é artista.

Por isso, na maioria das vezes, nunca conto o que estou fazendo artisticamente para não gerar especulações.

Dicas:

- ➔ Assista: “Doutor Gama”, de Jeferson De, na GloboPlay
- ➔ Leia: – “Lições de Resistência”, Luiz Gama – Edições Sesc
- ➔ “Luiz Gama: Antologia” – Enid Yatsuda Frederico e Cláudia de Arruda Campos – Editora Expressão Popular

Editorial



Professora Bebel
Presidenta da APEOESP
Deputada Estadual

Quero inicialmente registrar que nossa luta vale muito a pena: foi através dela que conseguimos assegurar um valor extra a todos os professores no final do ano com o abono Fundeb. Também foi a nossa luta que garantiu o emprego de 40 mil professores da categoria O no PLC 26. Não é pouca coisa né?!?!

Em 2022, vamos nos mobilizar ainda mais! Teremos uma forte batalha contra mais um ataque do governo Doria/Rossieli aos nossos direitos: uma "nova carreira" que não passa de um engodo. Você poderá ler uma análise preliminar da proposta no encarte que acompanha essa edição do Jornal da APEOESP. Derrubar essa falácia e defender nossa carreira será uma luta central no próximo período.

Assim como lutarmos por uma política salarial justa para toda a categoria, da ativa e aposentados e também defendermos a democracia, nossa representatividade e a importância do movimento sindical contra o autoritarismo.

Vale ressaltar que foi a nossa mobilização que conquistou o FUNDEB permanente, com a ampliação de 60% para 70% dos recursos destinados à remuneração dos profissionais da Educação. Por isso, conseguimos um valor extra no final do ano. Porém, não basta um abono Fundeb. Queremos reajuste salarial para todos.

Também foi nossa mobilização, em conjunto com a bancada de oposição na Alesp, durante a tramitação do PLC 26,

que obrigou o governo a recuar em alguns pontos, evitando a demissão de 40 mil professores da categoria O, com a prorrogação dos contratos, assegurando os 100% de seus salários, além de progressão na carreira dos funcionários das escolas. A Educação foi a única área onde houve recuo do governo. Nossos atos, assembleias e vigílias foram essenciais.

Respeito a quem tem representatividade e à categoria

Mas, não bastassem os ataques à categoria, aos serviços públicos e ao funcionalismo, o governo Doria/Rossieli também demonstra desrespeito à representatividade sindical e popular. Devo aqui registrar minha indignação e revolta pela forma como fui tratada pelo secretário, na condição de presidenta da APEOESP e deputada estadual, na sede da SEDUC em 18/11 quando fui empurrada por um segurança que tentava me impedir de ingressar no prédio. No entanto, entrei, tive que ser recebida por um coordenador e apresentei as reivindicações em defesa do EJA e do ensino noturno.

Por outro lado, demonstrando que não nos calarão, em 25/11, um ato na Câmara Municipal de São Paulo contou com as principais entidades e movimentos sociais do estado e do país expressando apoio a mim e à APEOESP.

Bolsonaro e João Doria se igualam

Infelizmente, vivemos um momento de descontrole econômico e social em nosso país, tornando muito difícil a sobrevivência e provocando o trágico aumento da miséria e da fome. Faltam empregos e ao povo é negada a garantia de direitos essenciais como moradia, transportes, alimentação, saúde,

Educação de qualidade. 59,4% dos domicílios do país se encontram em situação de insegurança alimentar.

Jair Bolsonaro e João Doria se igualam no desmonte do Estado, no desmantelamento dos serviços públicos, para justificar sua privatização, por meio de parcerias, concessões ou simples transferência para as mãos de empresas, organizações sociais e outros mecanismos.

Assim como Bolsonaro, Doria extingue e privatiza empresas e órgãos públicos. Nossa mobilização conseguiu proteger o Instituto Butantan, o Oncocentro, a Fundação para o Remédio Popular, o Instituto de Terras, o Instituto de Medicina Criminal. Os programas aplicados por Doria/Rossieli estão ancorados nos retrocessos impostos por Temer/Bolsonaro, como a reforma do ensino médio, o rebaixamento da formação técnico-profissional, escolas cívico-militares e outros.

Se Bolsonaro e Doria caminham divididos para a disputa eleitoral de 2022, estão unidos no projeto ultraliberal que privilegia exclusivamente os interesses privados de bancos, empresas e grupos nacionais e internacionais. Estão unidos na tentativa de sufocar a diversidade e os direitos individuais e coletivos. Ambos são inimigos dos trabalhadores, dos servidores públicos e da população. Mas não conseguirão nos impedir de estarmos sempre nas ruas, no parlamento, nas secretarias em defesa dos nossos direitos, dos serviços públicos e, sobretudo, em defesa da vida. E para as próximas eleições, cabe a cada um de nós optar por um projeto popular e que represente os anseios de todos os trabalhadores e trabalhadoras, resgatando o direito de ser feliz! Contamos com vocês!

.A luta da nossa categoria precisa de você. Mobilize-se!

DORIA/ROSSIELI E O DESPREZO PELA VIDA

Ao determinar, em pleno final do ano, a volta obrigatória às aulas presenciais, anulando a obrigatoriedade do distanciamento de 1 metro (que já estava em desacordo com as normas sanitárias internacionais, que recomendam de 1,5 m a 2 metros) o secretário Rossieli Soares demonstra todo o seu desprezo pela vida e irresponsabilidade. Não aceitamos essa medida e estamos em luta para que essa decisão seja anulada, na medida em que o próprio secretário reconhece que somente 24% das escolas teriam condições de garantir o mínimo de segurança sanitária. Além dos protocolos de segurança sanitária, é preciso reduzir imediatamente o número de estudantes ao máximo de 25 por classe, para garantir o distanciamento social.

Nas regiões, é preciso que as subseções da APEOESP mantenham ativas e atuantes as comissões de fiscalização nas escolas, denunciando todos os casos de irregularidades e falta de condições para as aulas presenciais e exigindo das Diretorias de Ensino as providências necessárias, que podem chegar à suspensão das aulas.

Ao mesmo tempo em que estamos



exigindo que o governo aplique a terceira dose da vacina em todos os profissionais da Educação que completaram e venham completas as duas doses iniciais. Também nos somaremos aos movimentos que lutam para que os estudantes sejam vacinados.

Encontro irresponsável e eleitoral

No final de setembro e início de outubro foram divulgadas estarrecedoras imagens de 4 mil diretores de escolas da rede estadual de ensino aglomerados em

um centro de convenções de Serra Negra, sem distanciamento social e sem qualquer tipo de controle ou protocolo sanitário. O local do encontro não dispõe de ventilação natural e não tem janelas.

Além de colocar em risco a saúde e a vida desses profissionais – tendo em vista que o Brasil ainda registrava diariamente em torno de 500 óbitos por Covid-19 – ficou evidente o caráter eleitoral do encontro, que se destinou também a “enquadrar” o conjunto dos diretores de escolas na aplicação da reforma do ensino médio e demais programas excludentes do governo Doria/Rossieli, como o Programa de Ensino Integral (PEI). Esses programas visam a produção de grandes números que possam ser usados na propaganda eleitoral em 2022, pouco importando que prejudiquem estudantes trabalhadores ou que rebaixem a qualidade do ensino.

Autoritarismo negacionista

Os diretores ali presentes foram convocados. Ausentar-se poderia significar represálias e, no caso dos diretores designados (não efetivos) poderia custar-lhes a exoneração. O secretário, portanto, continuou usando seu poder para atentar contra a vida dos profissionais da Educação, como fez ao obrigar o trabalho presencial para todos, mesmo os que não completaram o ciclo vacinal.

A pergunta que fica é: apesar de toda a propaganda do governo Doria, o que diferencia esse secretário de todos os demais negacionistas? O que o diferencia da postura e atitudes do presidente da República e demais integrantes do governo Bolsonaro em seu desdém pela defesa da vida? Oxalá não tenham ocorrido infecções levando o vírus para famílias e para as escolas.

Representação no MP

Diante de tanta irresponsabilidade, na qualidade de deputada estadual, a Professora Bebel, presidenta da APEOESP, ingressou no Ministério Público com representação para que as responsabilidades sejam devidamente apuradas. Posteriormente, anexou fotos e vídeos que mostram aglomeração, falta de controle e inobservância de protocolos sanitários.

APEOESP EM DEFESA DA VIDA



Enquanto o secretário da Educação insiste na política de morte, a APEOESP mantém incansavelmente sua luta em defesa da vida!

Desde o ano passado, o Sindicato não mediu esforços para proteger a vida e a saúde de todos os usuários da escola pública. Várias ações foram realizadas contra o retorno das aulas presenciais em plena pandemia, demonstrando que o governo de São Paulo, inclusive, ignorou ocorrências de morte e infecções ocorridas em unidades escolares em outros países e largou professores e alunos da rede estadual de ensino à própria sorte. Não houve por parte do governo nenhum plano de adaptação das unidades e aos protocolos sanitários seguros e nem um planejamento pedagógico para recuperar o déficit de aprendizagem dos estudantes devido à pandemia.

APEOESP foi responsável por assegurar a antecipação da vacinação a todos os profissionais da Educação e seguiu pressionando o governador para garantir a terceira dose para todos.

Pesquisa aponta que população não confia no governo

Em importante pesquisa solicitada pela APEOESP e realizada pela Vox Populi (veja resultados no portal da APEOESP: www.apeoesp.org.br), 56,2% dos professores informaram não concordar com o retorno às aulas presenciais. Na Capital, 77,5% declararam contrariedade.

A pesquisa ouviu 3.600 pessoas em todo Estado, entre professores (1.500), pais (1.500) e estudantes de ensino médio (600), entre junho e julho deste ano. Entre os pais, não aprovaram o retorno 51,3% e, entre os jovens de ensino médio, 44,1% também desaprovaram. O medo de contrair a Covid no retorno é praticamente unânime: 85,6% dos professores, 81,8% dos pais e 75,1% dos alunos.

Na percepção da comunidade escolar, o governo não deu e nem tem dado apoio adequado para o retorno às aulas presenciais. A maioria concorda que o apoio do governo não existe ou é insuficiente.

Segundo estudo da seção paulista do Instituto dos Arquitetos do Brasil, em conjunto com o DIEESE, atendendo solicitação da APEOESP, 82% das escolas da rede pública estadual não têm mais do que dois banheiros para os alunos. Como fazer um retorno seguro nestas condições? Até o momento, o quadro permanece o mesmo: o receio se mantém.

Os resultados da pesquisa são claros: professores, pais e estudantes foram totalmente abandonados neste processo. Cabe ao governo do Estado, no mínimo, apresentar um plano consistente de recuperação da aprendizagem. Mas, até agora, não se tocou no assunto. Houve uma pressa para o retorno às aulas presenciais com o claro intuito de atender aos donos das escolas particulares, e sem qualquer planejamento adequado às escolas públicas.

APEOESP NAS RUAS EM

CONTRA OS ATAQUES DE BOLSODORIA, EM DEFESA DOS DIREITOS, F



Em assembleia, Prof. Bebel reafirma luta por reajuste e garantia de direitos

APEOESP não se furtou e não se furta a estar nas ruas na defesa dos direitos dos professores e das professoras. Apesar da pandemia e também do autoritarismo do governo Doria/Rossieli, ocupamos todos os espaços necessários para travar a luta e assegurar conquistas à categoria. Foi assim durante a tramitação do PLC 26 (atual Lei 1361), aprovado na Assembleia Legislativa (Alesp) por apenas dois votos acima do mínimo necessário. Este projeto antecipa no estado a reforma administrativa de Bolsonaro (PEC 32) que objetiva enfraquecer os serviços públicos e a contratação de servidores. Isto resultará em menos professores e profissionais da Educação, da saúde, menos policiais e outros agentes de segurança, prejudicando a população, especialmente quem mais precisa.

Está claro que Doria/Rossieli e Bol-

sonaro querem o enfraquecimento dos serviços públicos para criar condições para a sua privatização.

Evitamos redução de salários e 40 mil demissões

Nossa mobilização e a ação da ban-

Por uma carreira transp

O ano de 2021 se encerrou com mais um ataque: em pleno dezembro, governo Doria/Rossieli anunciou mudanças na carreira e uma proposta enganosa de reajuste para todos. O anúncio foi feito através de um powerpoint e com intuito claramente eleitoral, sem maiores detalhamentos. Em breve análise (veja no Encarte Especial), APEOESP aponta a falácia do reajuste de 73% e as desvantagens do subsídio como perda dos adicionais. O Sindicato já protocolou ofício conjunto com as demais entidades do Magistério solicitando reunião com o secretário da Educação. Queremos mesa de negociação e um amplo debate.

No início do ano, todas as entidades, por iniciativa da APEOESP, discutirão conjuntamente propostas e ações para barrar a tentativa de destruição da carreira por parte do governo.

Em luta por reajuste salarial já!



Professores em ato exigem reajuste salarial

dos Planos Nacional e Estadual de Educação, que determina que os salários dos professores correspondam à média dos salários dos demais profissionais com formação de nível superior.

Para que nossos salários sejam equiparados ao piso nacional, hoje seria necessário um reajuste de 29,25%. Veja nas tabelas a desvalorização dos nossos salários frente ao piso salarial nacional e ao valor do salário mínimo ao longo dos últimos anos.

73% é engodo

De forma eleitoreira e irresponsável, no final do ano, o governo anunciou uma falácia buscando confundir a categoria. É importante deixar claro que subsídio é ilegal e que a proposta apresentada (veja Encarte Especial) acaba com quinquênios, sexta-parte, décimo-terceiro, GTCN, ALE, gratificação por função, vantagem pessoal, adicionais. Vamos lutar contra mais esta tentativa de destruir nossa carreira.

Evolução da Relação entre Salário inicial do Magistério Estadual Paulista e o PSPN Brasil e Estado de São Paulo. 2009-2021*

Ano	PSPN		PEB I		PEB II	
	Reajuste	Nominal	Salário Base	Salário Base/PSPN	Salário Base	Salário Base/PSPN
2009		950,00	1.309,17	37,8%	1.515,52	59,6%
2010	7,86%	1.024,87	1.309,17	37,8%	1.515,52	47,8%
2011	15,84%	1.187,02	1.368,75	15,3%	1.584,49	33,6%
2012	22,23%	1.450,86	1.636,21	12,8%	1.884,12	30,6%
2013	7,97%	1.566,49	1.823,93	15,2%	2.088,26	33,3%
2014	8,32%	1.696,83	1.950,41	14,9%	2.257,84	33,3%
2015	13,01%	1.917,53	2.086,94	8,8%	2.415,89	26,0%
2016	11,36%	2.135,44	2.086,94	-0,5%	2.415,89	13,1%
2017	7,84%	2.298,59	2.086,94	-0,2%	2.415,89	5,1%
2018	8,62%	2.495,35	2.233,02	-10,1%	2.585,00	5,3%
2019	4,17%	2.597,74	2.233,02	-12,7%	2.585,00	1,1%
2020	12,84%	2.886,24	2.233,02	-22,6%	2.585,00	-10,4%
2021*	0,09%	2.896,24	2.233,02	-22,6%	2.585,00	-10,4%

Fonte: FNDE/MEC e ALESP. Elaboração: DIEESE Subseção APEOESP
*: Segundo a Portaria nº 3/2020, o valor anual por aluno foi reduzido em 2,6%, o que significa que não se terá reajuste do Piso para o ano de 2021.

Evolução da Relação entre Salário inicial do Magistério Estadual Paulista e o PSPN Brasil e Estado de São Paulo. 2009-2021*

Ano	PSPN		PEB I		PEB II	
	Reajuste	Nominal	Salário Base	Salário Base/PSPN	Salário Base	Salário Base/PSPN
2009		950,00	1.309,17	37,8%	1.515,52	59,6%
2010	7,86%	1.024,87	1.309,17	37,8%	1.515,52	47,8%
2011	15,84%	1.187,02	1.368,75	15,3%	1.584,49	33,6%
2012	22,23%	1.450,86	1.636,21	12,8%	1.884,12	30,6%
2013	7,97%	1.566,49	1.823,93	15,2%	2.088,26	33,3%
2014	8,32%	1.696,83	1.950,41	14,9%	2.257,84	33,3%
2015	13,01%	1.917,53	2.086,94	8,8%	2.415,89	26,0%
2016	11,36%	2.135,44	2.086,94	-0,5%	2.415,89	13,1%
2017	7,84%	2.298,59	2.086,94	-0,2%	2.415,89	5,1%
2018	8,62%	2.495,35	2.233,02	-10,1%	2.585,00	5,3%
2019	4,17%	2.597,74	2.233,02	-12,7%	2.585,00	1,1%
2020	12,84%	2.886,24	2.233,02	-22,6%	2.585,00	-10,4%
2021*	0,09%	2.896,24	2.233,02	-22,6%	2.585,00	-10,4%

Fonte: FNDE/MEC e ALESP. Elaboração: DIEESE Subseção APEOESP
*: Segundo a Portaria nº 3/2020, o valor anual por aluno foi reduzido em 2,6%, o que significa que não se terá reajuste do Piso para o ano de 2021.

Evolução da Relação entre Salário inicial do Magistério Estadual Paulista e o PSPN Brasil e Estado de São Paulo. 2009-2021*

Ano	PSPN		PEB I		PEB II	
	Reajuste	Nominal	Salário Base	Salário Base/PSPN	Salário Base	Salário Base/PSPN
2009		950,00	1.309,17	37,8%	1.515,52	59,6%
2010	7,86%	1.024,87	1.309,17	37,8%	1.515,52	47,8%
2011	15,84%	1.187,02	1.368,75	15,3%	1.584,49	33,6%
2012	22,23%	1.450,86	1.636,21	12,8%	1.884,12	30,6%
2013	7,97%	1.566,49	1.823,93	15,2%	2.088,26	33,3%
2014	8,32%	1.696,83	1.950,41	14,9%	2.257,84	33,3%
2015	13,01%	1.917,53	2.086,94	8,8%	2.415,89	26,0%
2016	11,36%	2.135,44	2.086,94	-0,5%	2.415,89	13,1%
2017	7,84%	2.298,59	2.086,94	-0,2%	2.415,89	5,1%
2018	8,62%	2.495,35	2.233,02	-10,1%	2.585,00	5,3%
2019	4,17%	2.597,74	2.233,02	-12,7%	2.585,00	1,1%
2020	12,84%	2.886,24	2.233,02	-22,6%	2.585,00	-10,4%
2021*	0,09%	2.896,24	2.233,02	-22,6%	2.585,00	-10,4%

Fonte: FNDE/MEC e ALESP. Elaboração: DIEESE Subseção APEOESP
*: Segundo a Portaria nº 3/2020, o valor anual por aluno foi reduzido em 2,6%, o que significa que não se terá reajuste do Piso para o ano de 2021.

Dinheiro resultado da

Categoria termina o ano com dir
Você sabia que isso é r



O FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação esteve em vias de ser extinto pelo governo Bolsonaro. Juntamente com o mandato da deputada estadual Prof. Bebel, presidente da nosso Sindicato, a APEOESP foi uma das pioneiras na mobilização pela continuidade do FUNDEB.

No segundo semestre de 2019, participamos do lançamento e integramos o Fórum Estadual pelo FUNDEB Permanente, iniciativa importante na campanha nacional. Atuamos em conjunto com a CNTE e demais entidades

Pressões e ilegalidades na imposição do PEI



Em 12 de julho de 2021, no Memorial da América Latina, a dupla Doria/Rossieli promoveu uma aglomeração em plena pandemia para anunciar o objetivo de instituir 1880 escolas PEI até o final de 2021. Para atingir esse objetivo, claramente eleitoreiro, vale tudo.

Vale pressionar os diretores das escolas e realizar reuniões fantasmas de Conselhos de Escolas. Vale ignorar as decisões dos Conselhos que votaram contra o PEI e implementar mesmo assim, ou convocar seletivamente integrantes da comunidade escolar para fazer de conta que houve uma consulta democrática. Vale até mesmo inventar resultados, como ocorre em diversos casos, sobre os quais a APEOESP vem atuando juridicamente.

É sempre importante reafirmar: o PEI exclui estudantes trabalhadores ou que fazem algum tipo de curso ou atividade e que não têm condições de

permanecer de 7 a 9 horas semanais na escola. Nem sempre há escolas próximas com período noturno, que vem sendo sistematicamente extintos pela SEDUC. O PEI também exclui estudantes que não desejam permanecer no programa e não encontram vagas em outras escolas nas proximidades de sua residência.

O PEI ataca a carreira dos professores

Quanto aos professores, o PEI é um ataque direto à carreira, instituindo a chamada seleção "por perfil" e avaliações sistemáticas que podem resultar

no desligamento do professor ou professora do programa. Esses professores nem sempre encontram aulas nas proximidades e podem ter que se desdobrar em diversas unidades.

A gratificação de 75% é sem dúvida um atrativo, diante do arrocho e baixos salários. Devemos lembrar, entretanto, que essa gratificação não se incorpora aos salários e não incide na aposentadoria. Ainda assim, a pergunta permanece: se o governo reconhece que os professores precisam ter uma melhor remuneração para que a qualidade do ensino melhore, essa melhoria não deveria ser estendida a todos e todas?

DEFESA DA CATEGORIA

POR UMA CARREIRA JUSTA E TRANSPARENTE, REAJUSTE SALARIAL JÁ!

cada de oposição na Alesp, sobretudo da deputada e presidenta da APEOESP, Prof. Bebel, fizeram com que o governo enviase um aditivo ao PLC 26 restabelecendo o salário integral para os temporários (o texto original previa pagamento de 90% do salário

do efetivo), prorrogando os contratos dos professores e funcionários temporários até final de 2022, evitando assim cerca de 40 mil demissões. Outro ponto foi a retirada do prazo de cinco anos para que o professor que deixar o PEI possa retornar, desde que não tenha penalidade a cumprir.

Importante frisar que a Educação foi o único setor que conseguiu fazer o governo recuar e obteve algum avanço na tramitação do PLC 26, demonstrando a importância da nossa luta e do incansável trabalho da deputada Prof. Bebel.



Mobilização contra PLC 26 foi intensa

Carreira justa e transparente



Em reunião do CER, professores debatem a carreira

As entidades devem aprovar a elaboração de um projeto a partir das propostas debatidas por todos os representantes para uma carreira justa e transparente a todos. A ideia é que este projeto seja apresentado como substitutivo ao do governo na Assembleia Legislativa.

Ensino médio de Doria/Rossieli é projeto de exclusão

O evento de Serra Negra, que aglomerou mais de 400 diretores de escolas, teve o objetivo declarado de orientar os gestores na implementação da reforma do ensino médio no estado de São Paulo, que a dupla Doria/Rossieli denomina de “novo” ensino médio.

Em rápida síntese, o velho “novo” ensino médio rebaixa a qualidade deste nível de ensino e nega aos estudantes o acesso ao conhecimento necessário à sua formação. Por quê? Porque permite ao estudante, a partir do segundo ano, supostamente escolher as disciplinas que deseja estudar. Sim, você leu corretamente. Numa comparação livre, é como permitir a uma criança em fase de formação escolher apenas os alimentos que deseja comer.

é um engodo. Como sempre, há o viés financeiro. As matérias a serem efetivadas não estão vinculadas a um projeto político-pedagógico democraticamente debatido de acordo com as necessidades da comunidade escolar e da sociedade, mas ao acaso das escolhas estudantis.

Protagonismo juvenil de verdade é a liberdade e o incentivo para que os estudantes se organizem em grêmios livres. Para que participem da elaboração e gestão do projeto político-pedagógico e, assim, possam influir e cobrar da escola e das autoridades todas as condições para que receba a formação integral a que têm direito.

Uma escola de ensino médio que reduz a Formação Geral Básica e inunda o currículo de disciplinas optativas voltadas ao “empreendedorismo” (o novo nome para o mercado informal de trabalho) não serve aos filhos e filhas da classe trabalhadora. As mudanças impostas por Doria/Rossieli aumentam a imensa disparidade entre as escolas públicas e as melhores escolas privadas, que formam os filhos e filhas da classe trabalhadora.

Rejeitamos esse velho “novo” ensino médio e trabalharemos junto à comunidade escolar para construirmos, na prática, o projeto político pedagógico que atenderá aos seus anseios e necessidades.

o extra é a nossa luta

feito a receber o Abono FUNDEB. resultado da nossa luta?

da educação e conquistamos o novo FUNDEB.

Conquistamos também a ampliação do percentual das verbas do Fundo destinadas à valorização dos profissionais da Educação, de 60% para 70%. Por isso, não apenas no caso de São Paulo, o ano de 2021 termina com saldo de verbas do FUNDEB.

O governo Doria optou por um Abono, aprovado pela Alesp. Estudos dos DIEESE mostraram que seria possível um reajuste de pelo menos 6% para todos. Por isso, nossa luta prossegue por uma política salarial justa para todos, da ativa e aposentados (veja matéria nesta página).

No quadro abaixo, (inciso III do art. 4º do Decreto 66.351) cada professor poderá verificar como foram consideradas as faltas para o cálculo do abono. Conforme divulgado, APEOESP está acompanhando caso a caso que nos foram enviados por email e tomará as medidas necessárias para regularizar os erros.

Também estamos à frente na luta para que os municípios utilizem os saldos para pagamentos a todos os profissionais da Educação que estejam no contexto educacional (professores, funcionários de escolas e diretores) da rede municipal.

Rebaixamento do currículo

O papel da escola é promover o acesso igualitário ao conhecimento historicamente acumulado pela sociedade. Entretanto, o programa do governo Doria/Rossieli oferecerá de forma obrigatória apenas português e matemática nos três anos do ensino médio. As demais matérias hoje obrigatórias (Biologia, Química, Física, História, Geografia, Artes, Filosofia, Sociologia) poderão ou não ocorrer, a depender das escolhas dos estudantes de cada escola. Assim, dentro da rede estadual de ensino as escolas poderão ter currículos totalmente diferenciados, com impactos evidentes na formação de seus alunos.

“Protagonismo juvenil” do PSDB é um engodo

É claro que defendemos o protagonismo juvenil, mas não é disso que se trata. O programa do governo

O ensino médio que queremos

Como etapa final da educação básica, o ensino médio que queremos deve oferecer aos estudantes

- Consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.
- Compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina.
- Desenvolvimento de atividades integradoras artístico-culturais, tecnológicas e de iniciação científica, vinculadas ao trabalho, ao meio ambiente e à prática social.
- Capacidade permanente de aprender, desenvolvendo a sua autonomia intelectual.
- Tempos e espaços próprios para estudos e atividades que permitam itinerários formativos opcionais diversificados, a fim de melhor responder à heterogeneidade e pluralidade de condições, múltiplos interesses e aspirações dos estudantes, de acordo com sua idade e condições sociais e culturais, bem como sua fase de desenvolvimento.



Atribuição: não vamos permitir desrespeito por parte do governo

Como em todos os anos, a APEOESP está presente em todo o processo de atribuição de aulas dos professores do Estado.

Desde a reivindicação para que houvesse diálogo entre Secretaria e Sindicato para que as principais necessidades da categoria, tanto efetivos como temporários, fossem atendidas, até a organização de plantões jurídicos durante todo o processo foram assegurados pela APEOESP.

Diante das constantes alterações impostas pela SEDUC e também pelo novo modelo de escolha, via on-line, a insegurança era gritante entre todos os professores, inclusive os efetivos.

A APEOESP esteve atenta e solicitou da CGRH correções em problemas de classificação para que não houvesse qualquer prejuízo aos candidatos. Também houve problemas no acesso ao sistema. Imediatamente, a presidenta do Sindicato oficiou à CGRH para cobrar soluções e solicitar prorrogação do prazo para manifestação de interesse, se necessário fosse.

No dia 20 de dezembro, face às reclamações de vários docentes da categoria O sobre a pontuação, o Sindicato solicitou adiamento e correção dos dados. Também impetrou Mandado de Segurança Coletivo para que os problemas

relacionados à classificação sejam resolvidos, inclusive pedindo liminar para que o ano letivo não tenha início até que esses problemas sejam equacionados.

Visando garantir os direitos de todos, APEOESP e seu corpo jurídico permanecem atentos e em plantão constante para atender a todas as demandas em favor dos professores e das professoras. Reforçamos a informação de que se algum professor se sentiu prejudicado, procure o Jurídico do Sindicato para as ações pertinentes. Não permitiremos desrespeito por parte do governo em um dos momentos mais importantes da vida dos professores.

Nº de faltas no Período de Apuração (frequência)	Pontos relativos à frequência individual	Percentual do Abono - FUNDEB
0 a 6	100	100
7 a 10	95	95
11 a 15	90	90
16 a 20	85	85
21 a 30	80	80
31 a 39	70	70
40 a 49	55	55
50 a 59	45	45
60 a 69	35	35
70 a 85	25	25

Aposentados: luta contra o confisco salarial



Durante a passeata dos professores na Paulista, no dia 18 de junho, APEOESP denuncia o confisco dos aposentados

Desde novembro de 2019, quando a Assembleia Legislativa iniciou a votação da reforma da previdência, a APEOESP trava uma luta sem trégua em defesa da aposentadoria e contra o confisco nos salários dos aposentados e pensionistas da SPPREV. Na época, os professores aprovaram a realização de greve nos dias de votação da matéria – em 26 de novembro, 3, 10 e 17 de dezembro.

A aprovação da reforma da previdência possibilitou a chamada “desaposentação”, ou seja, a cobrança de novas e maiores contribuições previdenciárias dos servidores. Foi o que passou a ocorrer com a edição do Decreto 65021 em julho de 2020 (o desconto passou a vigorar a partir de setembro daquele ano, quando o governo alegou déficit na SPPREV). Mais uma vez a APEOESP mobilizou os professores e demais entidades do funcionalismo em ações de rua, realização de audiência pública para denunciar a ilegalidade e imorali-

dade do confisco, concomitantemente promovendo iniciativas de derrubada da Decreto na Alesp e ingressando na Justiça.

Ação civil pública

Assim que o Decreto 65021 foi publicado a APEOESP articulou-se com outras entidades da Educação (AFUSE, CPP e APASE) e ingressou na Justiça com uma ação civil pública para anular tal confisco. A ação ainda corre na Justiça, por isto o Sindicato também possibilitou aos aposentados ingressar com Mandado de Segurança individual para suspender o confisco.

O Sindicato ainda contestou na Justiça o déficit da SPPREV, que permitiu o confisco nos salários, e contratou escritório especializado em direito previdenciário e profissional especializado em cálculos atuariais para assessorar no encaminhamento da ação judicial.

Luta em defesa do IAMSPE

No dia 25 de novembro, a APEOESP participou de Ato Público Unificado em Defesa do IAMSPE (Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual), que aconteceu em frente ao Hospital do Servidor Público. Entre as principais reivindicações dos servidores, além da melhoria no atendimento para todos, está a implementação de uma gestão paritária e democrática, além do fim da terceirização dos serviços e pela retirada do PL 7070/2021, que cria o conselho de administração do IAMSPE.

A luta pela melhoria do IAMSPE tem sido uma prioridade para nosso Sindicato. Entretanto, depois de promessas vazias, não houve nenhuma providência do superintendente para realizar qualquer melhoria, embora com a aprovação do PL 539/2020 na Assembleia Legislativa, o governo Doria aumentou o valor das contribuições dos servidores mais velhos



A Professora Bebel, presidenta da APEOESP, fala durante o Ato em Defesa do IAMSPE

ao IAMSPE, bem como sobre dependentes e agregados. A justificativa, era a de melhorar o atendimento.

Frente Parlamentar quer CPI

Até o fechamento desta edição, 32 deputados e deputadas de diversos partidos haviam subscrito um requerimento solicitando a instalação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar irregularidades no IAMSPE. A CPI é mais do que necessária para investigar as irregularidades em terceirizações e privatizações no Instituto e no Hospital do Servidor Público.

O requerimento é uma conquista da Frente Parlamentar em Defesa do IAMSPE, que contou com especial empenho da Professora Bebel, deputada estadual e presidenta da APEOESP.



Vice-presidente da APEOESP, Fábio Santos de Moraes, com servidores em defesa do Instituto

Audiência reúne 500 aposentados

Por iniciativa da presidenta da APEOESP, professora Bebel, que também é deputada estadual, em 11 de novembro de 2020 a Alesp realizou uma audiência pública para discutir a questão, reunindo mais de 500 servidores aposentados e pensionistas, além de representantes de dezesseis entidades do funcionalismo. Entre as ações aprovadas, a redação de um ofício que foi entregue ao Governador, Casa Civil, Secretaria de Projetos, Gestão e Planejamento e SPPREV, questionando a existência de déficit na previdência.

No dia 12 de novembro de 2020, a professora Bebel reuniu-se com o presidente da SPPREV, José Roberto de Moraes, para exigir o fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas, quando cobrou explicações sobre a suposta existência de déficit no sistema previdenciário estadual. Na oportunidade, Bebel lembrou ao presidente da SP-

PREV que a legislação previdenciária incorporada à Constituição exige transparência nas informações atuais dos sistemas de previdência, o que não acontece, pois os dados disponíveis são de 2017.

Luta na Alesp

A presidenta da APEOESP, como deputada estadual, apresentou na Alesp o projeto de lei 450/2020, que torna indisponíveis os benefícios de aposentados e pensionistas para tal desconto ampliado, e o projeto de decreto legislativo 39, que anula a declaração de déficit na SPPREV e, portanto, o confisco. Além disso, protocolou requerimento de informação para que o governo explique o déficit, o que ainda não ocorreu.

A maioria governista tem impedido que tanto o PL 450 quanto o Decreto 39 sejam votados em plenário, embora a luta da Professora Bebel tem sido incansável para que esses projetos e os demais que acabam com o confisco sejam votados e aprovados.

Solidariedade à Professora Bebel

O dia 25 de novembro ficará marcado na Câmara Municipal de São Paulo pelo representativo ato em solidariedade à Prof. Bebel e em desagravo à agressão sofrida por ela nas escadarias da Secretaria de Educação na Praça da República.

Centenas de professores, professoras, militantes de movimentos sociais de todo o estado ocuparam o hall da Câmara em apoio à presidenta da APEOESP.

Além das manifestações dos presentes no ato, Prof. Bebel recebeu mais de 50 mensagens de solidariedade de parlamentares, representantes de entidades sindicais, movimentos populares, estudantis, partidos políticos, e da sociedade civil. Veja no quadro.

Não nos calarão!

A presença da presidenta da APEOESP na sede da SEDUC em 18/11, quando foi recebida com truculência pelos seguranças, fez-se necessária diante da publicação da Resolução SEDUC 119/2021 que entre outras alterações, reduz o currículo dos CEEJA, e suprime disciplinas importantes da área de humanidades.

Além dessas alterações relacionadas aos CEEJA, também é urgente que se interrompa o processo de fechamento de turmas de Educação de Jovens e



Prof. Bebel recebeu apoio e solidariedade em ato de desagravo contra truculência sofrida na SEDUC



Seguranças tentaram impedir a entrada da Prof. Bebel

Adultos e de classes no ensino regular noturno.

Após muita pressão, a presidenta e demais diretores da APEOESP foram recebidos pelo Coordenador Pedagógico da Pasta que se comprometeu a examinar todas as demandas apresentadas pelo Sindicato.

Entidades, parlamentares, Subsedes apoiam Prof. Bebel

CUT Brasil, CUT SP, CTB, MAB, CMP, MST, CNTE, FETE, FEESP, FEDER, UMM, Internacional da Educação, Pastoral Operária, Movimento de Moradia do Centro, APASE, CPP, AFIAMSPE, CCM IAMSPE, SINDSEP, Sindalesp, Fórum das Seis, Sindisaúde, UNAS, UPES, UESP – Piracicaba, UEE, SINPEEM, Sindicato dos Jornalistas de SP, Sindicato dos Advogados de SP, Sindicato dos Escrivães de Polícia, Liga do Professorado Católico, ADSEESP, Setorial Nacional de Educação do PT, Setorial de Educação do Diretório Municipal do PT SP, Setorial de Educação do Diretório Municipal do PT SP, Diretório Estadual do PT SP, Diretório Municipal do PT SP, Diretório Municipal do PT de Santa Bárbara D'Oeste, Diretório Zonal do PT de Vila Matilde, Juventude do PT, Partido da Causa Operária, Vereadora Juliana Cardoso, Vereadora Emily Idalgo, Vereadora Miriam Ponzio, Vereadora Iara Bernardi, Vereador Chico Nogueira, Vereador Matheus Siqueira, Deputado Alexandre Padilha, Deputado Vicentinho, Movimento Popular de Saúde da Capela do Socorro, Fórum Regional de Saúde Sul, Associação de Moradores da Comunidade Limoeiro, Paróquia de São Francisco, Associação de Direitos Humanos do Alto Tietê Macro PT Campinas Vereadora Telma de Souza, Vereador Eduardo Suplicy, Diretório Municipal do PT de Piracicaba MTST, Sintraemfa, Diretório Zonal do PT – Ipiranga, Bancada do PT na Alesp, Vereadora Janete Pieta, Diretório Municipal do PT – Paulínia, Secretaria de Mulheres do PT de Piracicaba, Conspiração Socialista – APEOESP, Sindicato dos Servidores Municipais de Piracicaba, Subsedes da APEOESP

PECs camuflam calote de precatórios e demissões

Serviços essenciais públicos gratuitos para a população e servidores concursados, com direitos assegurados, estão na mira da chamada Reforma Administrativa, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, em trâmite na Câmara dos Deputados. Profissionais da Educação, Saúde e outros setores estão em Brasília, para pressionar os políticos para que votem contra a PEC, que representa uma destruição e não uma reforma dos serviços públicos.

Ao retirar a estabilidade dos servidores, a proposta constitucional abre a possibilidade de demissão de profissionais com experiência, para a contratação de milhares de terceirizados, indicados, na maioria das vezes, pelos políticos do momento, em regime no qual poderão ser submetidos a esquemas de repasse de salário, a rachadinha, que financia a família Bolsonaro, por exemplo.

PEC do Calote

Também tramita na Câmara dos Deputados a PEC 23/2021, que propõe mudança no regime de pagamento de precatórios da União, Estados e Municípios, o



Professores da APEOESP estiveram em Brasília na luta contra as PECs e o PL 3.418

que prejudica as pessoas que aguardam o recebimento de créditos judiciais.

A CNTE participou de audiência pública sobre a proposta na Comissão Especial da Câmara e concluiu que os

servidores públicos, sobretudo municipais, pagarão a conta duplamente!

No dia 19 de outubro, houve grande mobilização contra as duas propostas, cujo objetivo nítido é prejudicar servi-

dores e contribuintes, para aumentar o investimento em programas eleitorais, com foco na reeleição.

Na pauta de mobilizações da CNTE estava a necessidade de barrar no Senado as alterações na regulamentação do FUNDEB (PL 3.418/21). A APEOESP enviou, no dia 15 de dezembro uma caravana a Brasília. A pressão dos professores e demais trabalhadores em educação garantiu que verbas do FUNDEB não fossem destinadas ao Sistema S, que é privado.

Outro ponto polêmico é a definição conceitual dos profissionais de educação. O substitutivo da Câmara ao PL 3.418 descaracterizou por completo o conceito de profissional da educação, permitindo que todos os trabalhadores lotados nas redes de ensino (contadores, advogados, gestores) pudessem ser pagos com recursos do FUNDEB. O Senado, apesar de não sanar totalmente os vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade do projeto, limitou a utilização da subvinculação remuneratória do FUNDEB aos trabalhadores em efetivo exercício nas escolas.

CER da APEOESP delibera: eleições serão em abril



O Conselho Estadual de Representantes da APEOESP (CER), reunido em 18/12, aprovou o Regimento Eleitoral que disciplinará as eleições para a Diretoria Estadual Colegiada e para os Conselhos Estadual e Regionais de Representantes do Sindicato.

Os pleitos ocorrerão no dia 04 de abril de 2022, das 08 às 22h, em todas as regiões do estado. Poderão participar das eleições todos os professores filiados que contem na data do pleito com, no mínimo, um mês de associação e que estejam em dia com as mensalidades até o mês de fevereiro ou março (para quem utiliza boleto bancário). Para o CER/CRR, o professor poderá se associar no momento da eleição, desde que apresente o demonstrativo de pagamento de fevereiro/22 ou a declaração da escola em que ministra aulas.

Mais informações serão divulgadas nas publicações oficiais da APEOESP.

Conferência Nacional na defesa do legado de Paulo Freire



Temas como a cultura de paz, o ensino domiciliar e abordagem multidisciplinar de conteúdos que contemplem a diversidade, o respeito às diferenças e a saúde serão abordados na Conferência Nacional Popular de Educação 2022, cujo tema central será "Reconstruir o País: a retomada do Estado Democrático de Direito e a defesa da Educação Pública e Popular, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todas as pessoas".

"São muito preocupantes os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional com objetivo de alterar a Lei de Diretrizes e Bases e a Lei que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. O objetivo é normalizar a educação domiciliar, concedendo permissão para que as famílias não matriculem seus filhos nas escolas", alerta o professor Heleno Araújo, presidente da CNTE.

A Educação Pública tornou-se sinônimo de resistência desde o golpe de 2016, especialmente com a Emenda

Constitucional 95, que reduziu o financiamento do setor, desrespeitando o Plano Nacional de Educação. O desmonte do Fórum Nacional da Educação durante a gestão de Michel Temer foi estrategicamente elaborado para facilitar a abertura de escolas militares e a atuação de movimentos equivocados, como o Escola sem Partido, que avançaram no atual governo.

Por isso, especialistas e entidades que representam trabalhadores/as

em educação, estudantes e seus pais, mães e responsáveis já se articularam em todo o País, nas etapas municipais e estadual da Conferência de 2022. Em São Paulo, as intermunicipais foram realizadas em 18 polos regionais pelo Fórum Estadual de Educação que organizou também a etapa estadual sob o lema "Educação Pública e Popular se constrói com democracia e participação social: nenhum direito a menos e em defesa do legado de Paulo Freire".

2022 será de avanços e transformações



Cinco anos após o golpe que tirou a presidenta Dilma Rousseff do governo, abrindo uma fase de grandes retrocessos, com a prisão do ex-presidente Lula e a eleição de Jair Bolsonaro, João Doria e outros governos ultraliberais e/ou neofascistas, o ano de 2022 pode descortinar novos horizontes para o Brasil e para o estado de São Paulo.

Apesar da pandemia, dos ataques à democracia e dos retrocessos, os movimentos sociais não deixaram de lutar e, sempre que possível, estiveram nas ruas, nas quais agora permanecem. A APEOESP foi parte destacada desse movimento. Os resultados dessa mobilização e da própria atuação desses governos reacionários se fazem sentir cada vez mais fortes.

Hoje, a esquerda e os movimentos sociais estão fortalecidos, ao mesmo tempo que a situação de desemprego, miséria e desamparo da maioria da população exigem uma grande mudança de rumos no nosso país. E essa mudança, com a retomada do único projeto que pode reatar a construção de uma nação democrática, soberana e socialmente justa, é representada pelo ex-presidente Lula. Não por acaso, ele desponta isolado em primeiro lugar em todas as pesquisas eleitorais.

É preciso virar a página do genocídio, da injustiça e da destruição dos direitos no nosso país. Não será tarefa fácil. Vamos a ela desde já.

CUT: Plenária inédita e espaço de resistência

A CUT dedicou a 16ª Plenária Nacional aos seus ex-presidentes, João Felício, falecido em 2020, e Kjeld Jakobsen, falecido em 2021, ao mesmo tempo em que comemorou 38 anos de uma trajetória de lutas e conquistas. A Plenária, realizada entre os dias 21 e 24/10, reuniu 950 delegados em ambiente virtual pela primeira vez na história da Central.

A adaptação ao formato remoto não foi o único traço inédito do evento, que teve um novo eixo de luta à histórica defesa dos trabalhadores: a pauta incluiu primordialmente

a defesa da vida, atacada brutalmente como nunca antes na história do País.

Além das mais de 600 mil vidas e milhares de órfãos, a má gestão da pandemia provocou a perda de milhares de postos de trabalho e os mais impactados foram os segmentos que primeiro sofrem em crises econômicas e sociais: população negra, mulheres e jovens.

A delegação que compôs a Plenária defende que a luta em defesa da vida também se dá pelo combate à fome no Brasil, que aumentou desde que Bolsonaro assumiu o poder. A nova realidade das relações de



Douglas Izzo, presidente da CUT/SP, durante realização da 16ª Plenária

trabalho também foi destaque nos debates diante de um novo cenário no pós pandemia: home-office e aprofundamento da precarização estão incorporados às ações da Central na defesa dos trabalhadores.

Nossa luta é pela valorização e pela educação de qualidade



Na pandemia, a APEOESP assumiu o importante papel em defesa da vida

A educação tem um papel fundamental na construção do conhecimento, na busca de novos saberes. Só com uma educação de qualidade se desenvolve um país, se transforma a sociedade. A máxima pode ser batida, mas verdadeira. Tanto é que nossa profissão é uma das mais respeitadas pelo brasileiro. Uma pesquisa realizada em 2017 pelo DataFolha indica médicos e professores como os profissionais mais confiáveis.

Infelizmente este reconhecimento não encontra eco entre nossos governos. De acordo com pesquisa realizada pela Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), o piso salarial dos professores brasileiros nos anos finais do

ensino fundamental é o mais baixo entre 40 países avaliados pelo estudo. Ficamos atrás não só dos países de capitalismo avançado, mas também entre os mais pobres, como México, Colômbia e Chile.

Pandemia: descaso do governo

Este período de pandemia só reforçou o descaso que o governo Dória nutre pela Educação Pública. Com suspensão das aulas presenciais em março de 2020, adotou-se de forma atabalhoada e de um dia para o outro o trabalho remoto. Professores e professoras tiveram que se adaptar às aulas on-line sem qualquer formação, sem contar com condições físicas e tecnológicas. Tiveram que ampliar em muito



A APEOESP sempre mobilizou a categoria na luta por melhorias salariais e profissionais



Professores e professoras nas ruas e na luta pela valorização da profissão

Missão: educar

Um de nossos maiores educadores, Paulo Freire escreveu certa ocasião sobre o Dia dos Professores:

“Ninguém nega o valor da educação e que um bom professor é imprescindível. Mas, ainda que desejem bons professores para seus filhos, poucos pais desejam que seus filhos sejam professores”. Isso nos mostra o reconhecimento que o trabalho de educar é duro, difícil e necessário, mas que permitimos que esses profissionais continuem sendo desvalorizados. Apesar de mal remunerados, com baixo prestígio social e responsabilizados pelo fracasso da educação, grande parte resiste e continua apaixonada pelo seu trabalho.

“A data é um convite para que todos, pais, alunos, sociedade, repensemos nossos papéis e nossas atitudes, pois com elas demonstramos o compromisso com a educação que queremos. Aos professores, fica o convite para que não descuidem de sua missão de educar, nem desanimem diante dos desafios, nem deixem de educar as pessoas para serem ‘águias’ e não apenas ‘galinhas’. Pois, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda”.

a jornada de trabalho, transformaram suas casas em sala de aula, gravaram vídeos praticamente sem recursos e prepararam material didático para aqueles que não tinham condições materiais para acompanhar as aulas on-line, utilizando-se de seus próprios meios de transporte para entregar atividades a cada aluno e aluna carentes em suas residências.

O governo nada investiu na formação dos professores e professoras ou na distribuição de equipamentos e nem na possibilidade de garantir acesso a redes públicas de wi-fi. Desta forma, docentes e estudantes tiveram de se virar com recursos próprios.

Luta pela vida

Se não houve por parte dos governos investimento em tecnologia para garantir o acesso a todos ao ensino à distância, ainda sofremos com a falta de planejamento no combate ao novo coronavírus, especialmente na vacinação da nossa população. Quando fechávamos esta edição, o País registrava perto de 22 milhões de casos e 618 mil

óbitos pela Covid-19; no Estado de São Paulo, 4,4 milhões de casos e 155 mil mortes. É por isto que desde o início da pandemia a APEOESP colocou-se em defesa incondicional da vida, defendendo imediatamente a suspensão das aulas presenciais, ajuda financeira aos mais necessitados e o isolamento social. Infelizmente nossos governantes (das três esferas de poder, União, Estados e Municípios) não tiveram a mesma visão. Não conseguiram ter a dimensão da pandemia e nem por quanto tempo iria durar, especialmente o governo federal, com o negacionismo do presidente Jair Bolsonaro.

Mesmo com estes percalços, temos que nos orgulhar de nossa profissão e repetir a frase que virou slogan do sindicato na década de 1990: “Sou professor, sim senhor”. Afinal, nós nunca desistimos de nossa luta pela valorização profissional de nossa categoria e pela construção de uma escola pública gratuita, laica e de qualidade referenciada para os filhos da classe trabalhadora. Parabéns, professoras e professores.

EXPEDIENTE

DIRIGENTES RESPONSÁVEIS:

Roberto Guido e Stenio Matheus de Moraes Lima. **Conselho Editorial:** Maria Izabel Azevedo Noronha; Fábio Santos de Moraes; Roberto Guido; Stenio Matheus de Moraes Lima; Leandro Alves de Oliveira; Sílvio de Souza; Rita de Cássia Cardoso; Richard Araújo; Miguel Noel Meirelles; Fláudio Azevedo Lima; Francisco de Assis Ferreira; Paula Cristina Oliveira Penha. **Jornalista responsável:** Rosana Inácio (MTb 37329). Textos de José Rocha Cunha, Ana Maria Lopes (MTb 23362) e Luis Brandino. **Fotos:** Rogério Cavaleiro e Roberto Parizotti. **Diagramação e Edição Gráfica:** Carlos Roberto Ferreira dos Santos. **Secretárias:** Edenilde do Nascimento e Amanda Souza. **Impressão:** Gráfica Paineiras. **Tiragem:** 181.000 exemplares. **Circulação Dirigida:** Distribuição Gratuita. Circulação em janeiro. Publicação bimensal. **Distribuidora:** ACF Jaraguá. **Redação:** Praça da República, 282 – 5º andar – CEP 01045-000. Matrícula Registrada em microfilme sob nº 129.203 no Terceiro Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

DIRETORIA DA APEOESP

EXECUTIVA:

Presidente: Maria Izabel Azevedo Noronha; **Vice Presidente:** Fábio Santos de Moraes; **Secretário Geral:** Leandro Alves de Oliveira; **Secretário Geral Adjunto:** Sílvio de Souza; **Secretário de Finanças:** Fláudio Azevedo Lima;

Secretário de Finanças Adjunto: Miguel Noel Meirelles; **Secretário de Administração:** Odimar Silva; **Secretária de Administração Adjunta:** Maria José Carvalho Cunha; **Secretária de Patrimônio:** Tereza Cristina Moreira da Silva; **Secretário de Patrimônio Adjunto:** Luiz Gonzaga José; **Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:** Francisca Pereira da Rocha Seixas; **Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto:** Ezio Expedito Ferreira Lima; **Secretário de Comunicações:** Roberto Guido; **Secretário de Comunicações Adjunto:** Stenio Matheus de Moraes Lima; **Secretária de Formação:** Zenaide Honório; **Secretário de Formação Adjunto:** Paulo José das Neves; **Secretário de Política Sindical:** Moacyr Américo da Silva; **Secretária de Política Sindical Adjunta:** Ozani Martiniano de Souza; **Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:** Francisco de Assis Ferreira; **Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta:** Paula Cristina Oliveira Penha; **Secretária de Políticas Sociais:** Rita de Cássia Cardoso; **Secretário de Políticas Sociais Adjunto:** Richard Araújo; **Secretária para Assuntos do Aposentado:** Flóripes Ingracia Borioli Godinho; **Secretária para Assuntos do Aposentado Adjunta:** Ana Lucia Ferreira; **Secretária para Assuntos da Mulher:** Suely Fátima de Oliveira; **Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta:** Rosa Maria de Araújo Fiorentin; **Secretária para Assuntos Municipais:** Nilceia Fleury Victorino; **Secretária para Assuntos Municipais**

Adjunto: Luiz Aurindo Souza de Oliveira; **Secretária Geral de Organização:** Cilene Maria Obici; **Secretário de Organização para a Capital:** Fábio Santos Silva; **Secretário de Organização para a Grande São Paulo:** João Luis Dias Zafalão; **Secretária de Organização para o Interior:** Maria de Lourdes Rafael; **Secretária de Organização para o Interior:** Sonia Maria Maciel; **Secretário de Organização para o Interior:** Jorge Leonardo Paz; **Secretário de Organização para o Interior:** Sérgio Martins da Cunha.

DIRETORIA ESTADUAL COLEGIADA:

Ademar de Assis Camelo; Alfredo Andrade da Silva, Altair de Oliveira Gomes; Ana Amália Pedrosa Curtaelli; Ana Carolina Correia; Ana Lúcia Santos Cugler; Anatalina Lourenço da Silva; André Murinho Ribeiro Chaves; Andréia Oliveira Souza Soares; Antônio do Vale; Antônio Galdini Júnior; Antônio Gerônimo; Antônio Jovem de Jesus Filho; Ary Neves da Silva; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carmem Luiza Urquiza de Souza; Cláudia Cristina Alves de Souza; Cláudio Juhrs Rodrigues; Cláudio Luiz Alves de Santana; Cléofas Teixeira Barbosa; Cloves Soares Lauton; Deborah Cristina Nunes; Denise Alves Moreira; Dorival Aparecido da Silva; Edna Azevedo Fernandes; Eliana Nunes dos Santos; Eliane Aparecida Garcia; Eliane Martiniano de Souza; Emanuel Duarte; Fábio Henrique Granados Sardinha; Fátima

Aparecida da Silva Faria Galvão dos Santos; Flávia Bischain Rosa; Felipe Brilhante Maropo; Geraldo César Martins de Oliveira; Gilmar Ribeiro; Gustavo de Freitas Agostini; Janete Pereira da Silva; Jesse Pereira Felipe; Joaquim Soares da Silva Neto; José Bonfim Ferreira do Prado; José de Jesus Costa; José Geraldo Corrêa Júnior; José Reinaldo de Matos Lima; Joselei Francisco de Souza; Jovina Maria da Silva; Juvenal Aguiar Penteado Neto; Leonor Penteado dos Santos Peres; Luciano Delgado; Luis Antônio Nunes da Horta; Luiz Cláudio de Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Mara Cristina de Almeida; Marcos César Luis Ferreira; Maria Carlota Niero Rocha; Maria de Lourdes Cavichiole Pires; Marcella de Campos Costa; Maria de Lourdes Mantovani Pavam; Maria Lúcia Ambrosio Orlandi; Maria Regina de Souza Sena; Maurício Cavalcante dos Santos; Mauro da Silva Inácio; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Osman Martiniano de Souza; Pedro Alberto Vicente de Oliveira; Pedro Paulo Vieira de Carvalho; Raphael Henrique de Moraes Gregório; Regina Célia de Oliveira; Ricardo Augusto Botaro; Rita Leite Diniz; Roberto Mendes; Rodolfo Alves de Souza; Ronaldo Torelli; Rui Carlos Lopes de Alencar; Sílvio Carlos da Silva Prado; Suzi da Silva; Uilder Cácio de Freitas; Vanessa da Silva; Vânia Pereira da Silva; Vera Lúcia Zirnberger; Wilson Augusto Fiuza Frazão; Walmir Siqueira; Yara Aparecida Bernardi Antonialli.